

Data: 29.01.2020

Título: Ideias para um mundo melhor

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Quinzenal

Secção: Cultura

Pág: 1;26



Área: 682cm² / 40%

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6731237



Manifesto para o Progresso Social

Ideias para uma sociedade melhor

“Quem manda hoje é uma mistura de poderes de Estado, uns mais violentos e outros mais democráticos, imersa no poder das redes da alta finança globalizada, de natureza antidemocrática”, sublinha-se aqui a propósito do documento, com o título em epígrafe, produzido pelo “Painel Internacional sobre o Progresso Social” que reúne 300 investigadores e há três semanas teve uma sessão em Lisboa. Sessão moderada pelo autor deste texto, doutorado em Física Nuclear, em Oxford, cientista e prof. do ISEG, presidente do Conselho Geral da Universidade de Coimbra, anterior diretor do Serviço de Ciência e da Delegação em Paris da Gulbenkian, com uma vasta obra. “As instituições do mercado são necessárias mas estão longe de poder constituir uma base sólida para uma sociedade que garanta justiça e dignidade humana com sustentabilidade e robustez”, escreve também

JOÃO CARAÇA

Um grupo de 300 investigadores nas disciplinas das ciências sociais e das humanidades, de todos os continentes, reunidos sob a sombra tutelar de Amartya Sen, constituiu-se como “Painel Internacional sobre o Progresso Social” (IPSP - International Panel on Social Progress). A coordenação executiva do IPSP foi assumida conjuntamente por Marc Fleurbaey, um economista e prof. da Universidade de Princeton e por Olivier Bouin, director da Rede Francesa de Institutos de Estudos Avançados.

O Painel produziu entre 2014 e 2018 um Relatório com 900 páginas (em três volumes), intitulado *Rethinking Society for the 21st century*, que propõe como se pode repensar e reformar as nossas instituições chave, tais como os mercados, as grandes empresas, as políticas sociais, os processos democráticos, a governança transnacional, para criar melhores sociedades, baseadas nos princípios básicos da dignidade humana, da sustentabilidade e da justiça. As principais ideias expressas nesse autêntico *Manifesto para o Progresso Social* foram debatidas numa sessão realizada na Fundação Calouste Gulbenkian no princípio de janeiro.

Muitas ideias para uma sociedade melhor foram imaginadas ao longo dos séculos. Sistemas perfeitos de governança baseados em poderes divinos, em princípios éticos, no Estado de Direito, foram sendo introduzidos e experimentados, tendo todos colapsado quando confrontados com a escassez de recursos e as contingências naturais. As ciências sociais, um conjunto de novas disciplinas introduzido no século XIX, tinham como objetivo ordenar os desmandos do progresso

económico de modo a permitir a melhoria da saúde social das sociedades industrializadas. Mas os sonhos de uma nova sociedade da bem-aventurança desvaneceram-se por entre os fumos negros e as carnificinas bárbaras das duas guerras mundiais.

A mensagem principal desta tentativa de repensar a sociedade para que caminhe decididamente para o progresso social é a de que é possível acolher e cuidar da justiça e melhorar substancialmente o progresso social, através da combinação de uma visão construtiva com mudanças bem pensadas nas instituições e nas convenções. Nos debates travados sobre economia política já se despendeu demasiado tempo argumentando contra ou a favor da economia de mercado. Devemos caminhar para o reconhecimento de que as instituições do mercado são necessárias mas que se encontram longe de poder constituir uma base sólida para uma sociedade justa - uma sociedade que garanta justiça e dignidade humana simultaneamente com sustentabilidade e robustez.

Apenas uma sociedade significativamente melhor e bem equilibrada poderá tratar conjuntamente as problemáticas da liberdade, da desigualdade e da sustentabilidade. Será necessário que se entenda que a propriedade não é uma dádiva natural mas, como todas as outras, uma convenção formatada por normas e leis. A batalha central para o progresso social situar-se-á certamente na definição dos direitos daquilo a que chamamos riqueza. Porque precisaremos certamente de reconfigurar o poder, sem redistribuir a riqueza ou recorrer a expropriações.

Se olharmos para a história, observamos constantes avanços e recuos nas relações humanas dentro das respetivas sociedades. Basta lembrar-mos épocas que geraram afirmações tão importantes como a Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, nos finais do século XVIII ou, então, períodos de massacres inomináveis como os perpetrados nas guerras do século passado. Em que medida houve progresso social ao longo destes 200 anos?

Por outro lado, podemos verificar que houve progressos económicos nítidos em resultado da industrialização crescente nos países ocidentais, através de sucessivas vagas de inovação tecnológica, cujo desempenho é habitual medir através de indicadores estabilizados como o Produto Interno Bruto (PIB) de cada nação. Em média, houve um crescimento global deste indicador na ordem dos 2% *per capita* por ano, durante o mesmo intervalo de tempo. Porém, este enorme aumento da riqueza global criada foi redistribuída de modo muito desigual pelas várias partes do planeta.

A pobreza extrema e a miséria de muitos milhões de seres humanos convivem hoje com a abundância e o poderio económico de umas restritas e afortunadas altas-rodas. Contudo, a promessa trazida pela ciência e pelas novas tecnologias de origem científica era a de que elas estariam na base do (e conduziriam ao) progresso social. Ora a verificação de que esta crença era afinal uma miragem, que a prática social se encarregou de desvanecer, mostrou que as relações que suportam a realidade histórica são bem mais complexas do que as boas intenções que preenchem os discursos políticos.

De facto, a noção de progresso social está ainda cheia de ambiguidades. Inclusivamente, os processos que levaram em certos casos a um claro progresso social colaboram para colocar o futuro progresso em risco. Basta lembrar a “mercantilização”, que impõe que tudo tenha um preço, bem como a privatização crescente de tudo o que é essencial à vida, ou ainda a agressão e predação do meio ambiente.

É pois urgente reconstruir à escala mundial o conceito de “bem comum”. Devemo-lo considerar como autêntico património global da humanidade, abarcando tudo aquilo que existe para lá da sociedade até às “paredes douradas do universo” (nas palavras de Edgar Allan Poe). Ou seja, tudo o que constitui o meio “exterior” que garante a nossa sobrevivência ao longo dos tempos, que é origem e destino dos fluxos (de energia e informação) essenciais à manutenção da vida.

Ora esta parte fundamental da realidade, “exterior” à sociedade, não pode ser apropriável por ninguém, nem nenhum grupo, nem ter um preço. É de todos nós. Cabe-nos por isso a missão de favorecer e proteger o bem comum. É que não há soluções globais que não sejam partilhadas, aceites e postas em marcha por todos, sem exceção. E o direito à diferença não deve levar a que se criem vários tipos de cidadania mundial, a dos ricos e as dos pobres, a dos sábios e as dos ignorantes. As desigualdades são cumulativas.

Como poderá então a educação promover o progresso social? Mobilizando os que querem a mudança. Restabelecendo o curso do espírito livre. Reutilizando a conjetura e a crítica como mecanismos permanentes de renovação e de aperfeiçoamento. Experimentando, comunicando através de todos os media ao nosso dispor e inovando. Rejeitando o pensamento

único bem como as receitas prontas. Ensinando a pensar nos valores que tornaram possível que a nossa espécie atingisse hoje os quase oito mil milhões de indivíduos. E estimulando os princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da felicidade, que hoje nos parecem sonhos há muito sonhados e esquecidos.

É preciso resistir. É preciso refletir. É preciso discordar. Para mudarmos o mundo é preciso primeiro mudarmos o modo como olhamos para o mundo. Heráclito dizia que “os homens despertos possuem um só universo, que é comum, ao passo que os adormecidos se fecham, cada qual, no seu mundo particular”. É preciso, portanto, estar desperto – o sono da razão transporta consigo as sementes da ignorância e da violência.

Será que a sociedade, afinal, não progrediu? Será que cada geração nova que nasce para o mundo, apesar do esforço público de educação havido,

volta a ser enganada da mesmíssima maneira (talvez com vestes novas) que os seus antepassados? Não, não acredito que esta seja a tragédia da nossa condição nem que haja fatalidade na história. Não, a tragédia é outra.

É o poder instituído que controla as representações, os significados, os valores, as escolhas, os recursos... E o poder, hoje, já não é apenas o do Estado democrático representativo que governava através de mecanismos de ação racional. Não, quem manda hoje é uma mistura de poderes de Estado, uns mais violentos e outros mais democráticos, imersa no poder das redes da alta finança globalizada, de natureza antidemocrática.

O tempo não volta para trás. Por isso há que olhar para o futuro, pois é para lá do presente que provém a nossa única esperança. Há que construí-la, e abraçá-la. **JL**



Amartya Sen Sob a sua “sombra tutelar” se constituiu o IPSP

